

Energia em crescimento

RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS **2011**



Energia em crescimento

RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS 2011

RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS **2011**

CONTAS INDIVIDUAIS	5
RELATÓRIO DE AUDITORIA	31
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	32
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	33

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Ativo	Notas	2011	2010
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis	12	5	9
Ativos intangíveis	12	-	-
Participações financeiras em subsidiárias	4	1.224.882	1.196.626
Participações financeiras em associadas	4	151	153
Outras contas a receber	14	3.111.704	2.850.635
Ativos por impostos diferidos	9	775	206
Outros investimentos financeiros	17 e 27	1.032	702
Total do ativo não corrente		4.338.549	4.048.331
Ativo corrente:			
Clientes	15	2.722	4.836
Outras contas a receber	14	354.916	187.461
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	52.862	50.654
Caixa e seus equivalentes	18	56.669	434
Total do ativo corrente		467.169	243.385
Total do ativo		4.805.718	4.291.716
Capital próprio e passivo			
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Outras reservas	20	193.827	193.827
Reservas de cobertura		(573)	-
Resultados acumulados		591.482	402.185
Dividendos antecipados	30	-	(49.755)
Resultado líquido do exercício		77.152	355.147
Total do capital próprio		1.773.145	1.812.661
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	22	629.904	851.319
Empréstimos obrigacionistas	22	905.000	1.000.000
Passivos por impostos diferidos	9	299	-
Outros instrumentos financeiros	17 e 27	1.756	-
Provisões	25	6.940	7.087
Total do passivo não corrente		1.543.899	1.858.406
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	725.295	229.707
Empréstimos obrigacionistas	22	280.000	-
Fornecedores	26	605	352
Outras contas a pagar	24	451.456	337.562
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	31.317	53.028
Total do passivo corrente		1.488.673	620.650
Total do passivo		3.032.572	2.479.055
Total do capital próprio e do passivo		4.805.718	4.291.716

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo
 Manuel Ferreira De Oliveira
 Manuel Domingos Vicente
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 José António Marques Gonçalves
 André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Carlos Nuno Gomes da Silva
 Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
 João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli
 Claudio De Marco
 Paolo Grossi
 Fabrizio Dassogno
 Giuseppe Ricci
 Luigi Spelli
 Doutor Joaquim José Borges Gouveia
 Maria Rita Galli

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2011	2010
Proveitos operacionais:			
Prestação de Serviços	5	9.088	7.381
Outros proveitos operacionais	5	299	2.544
Total de proveitos operacionais:		9.387	9.925
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	6	(6.036)	(8.491)
Custos com o pessoal	6	(5.200)	(5.033)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	6	(4)	(5)
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	106	(3.365)
Outros custos operacionais	6	(1.487)	(808)
Total de gastos operacionais:		(12.622)	(17.703)
Resultados operacionais:		(3.234)	(7.777)
Proveitos financeiros	8	161.419	92.111
Custos financeiros	8	(123.519)	(74.094)
Ganhos (perdas) cambiais		-	(43)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	4	53.045	348.803
Rendimentos/perdas de instrumentos financeiros	27	(619)	702
Resultado antes de impostos:		87.093	359.702
Imposto sobre o rendimento	9	(9.941)	(4.555)
Resultado líquido do exercício	10	77.152	355.147
Resultado por ação (valor em Euros)	10	0,09 €	0,43 €

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo
 Manuel Ferreira De Oliveira
 Manuel Domingos Vicente
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 José António Marques Gonçalves
 André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Carlos Nuno Gomes da Silva
 Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
 João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli
 Claudio De Marco
 Paolo Grossi
 Fabrizio Dassogno
 Giuseppe Ricci
 Luigi Spelli
 Doutor Joaquim José Borges Gouveia
 Maria Rita Galli

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Outras reservas (Nota 20)	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos antecipados (Nota 30)	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2010		829.251	82.006	193.827		72.036	(49.755)	495.999	1.623.364
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	-	-	355.147	355.147
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	355.147	355.147
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	(165.850)	49.755	-	(116.095)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	495.999	(49.755)	(495.999)	(49.755)
Saldo em 31 de dezembro de 2010		829.251	82.006	193.827		402.185	(49.755)	355.147	1.812.661
Saldo em 31 de dezembro de 2010		829.251	82.006	193.827		402.185	(49.755)	355.147	1.812.661
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	-	-	77.152	77.152
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	-	(573)	-	-	-	(573)
Rendimento integral do exercício		-	-	-	(573)	-	-	77.152	76.579
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	-	(165.850)	49.755	-	(116.095)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	355.147	-	(355.147)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011		829.251	82.006	193.827	(573)	591.482	-	77.152	1.773.145

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo
 Manuel Ferreira De Oliveira
 Manuel Domingos Vicente
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 José António Marques Gonçalves
 André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Carlos Nuno Gomes da Silva
 Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
 João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli
 Claudio De Marco
 Paolo Grossi
 Fabrizio Dassogno
 Giuseppe Ricci
 Luigi Spelli
 Doutor Joaquim José Borges Gouveia
 Maria Rita Galli

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES NO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2011	2010
Resultado líquido do exercício	10	77.152	355.147
Aumentos / diminuições reservas de cobertura		(573)	-
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios líquidos de imposto		(573)	-
Rendimento integral do exercício		76.579	355.147

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo
 Emanuel Ferreira De Oliveira
 Manuel Domingos Vicente
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 José António Marques Gonçalves
 André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Carlos Nuno Gomes da Silva
 Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
 João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli
 Claudio De Marco
 Paolo Grossi
 Fabrizio Dassogno
 Giuseppe Ricci
 Luigi Spelli
 Doutor Joaquim José Borges Gouveia
 Maria Rita Galli

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2011	2010
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		13.869	10.634
Pagamentos a fornecedores		(9.482)	(13.100)
Pagamentos ao pessoal		(2.967)	(2.467)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(32.766)	(5.470)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(1.779)	(744)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(33.126)	(11.147)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras	4	5	1.035
Juros e proveitos similares		53.860	71.401
Dividendos	4	53.880	348.764
Empréstimos concedidos		59.451	26.250
		167.196	447.450
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(29.096)	(29.550)
Empréstimos concedidos		(337.716)	(1.461.080)
		(366.812)	(1.490.630)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(199.616)	(1.043.180)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		810.350	1.212.725
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(240.166)	(41.500)
Juros e custos similares		(115.251)	(70.098)
Dividendos	30	(116.095)	(165.850)
		(471.513)	(277.448)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		338.837	935.277
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		106.096	(119.050)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	(75.557)	43.493
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	30.539	(75.557)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo
 Manuel Ferreira De Oliveira
 Manuel Domingos Vicente
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 José António Marques Gonçalves
 André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
 Carlos Nuno Gomes da Silva
 Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
 João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli
 Claudio De Marco
 Paolo Grossi
 Fabrizio Dassogno
 Giuseppe Ricci
 Luigi Spelli
 Doutor Joaquim José Borges Gouveia
 Maria Rita Galli

ÍNDICE

1 • NOTA INTRODUTÓRIA	10
2 • PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
2.1 Bases de apresentação	10
2.2 Participações financeiras em empresas subsidiárias	11
2.3 Ativos tangíveis	11
2.4 Imparidade de ativos não correntes, exceto <i>goodwill</i>	11
2.5 Provisões	11
2.6 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira	11
2.7 Proveitos e especialização de exercícios	11
2.8 Encargos financeiros com empréstimos obtidos	11
2.9 Imposto sobre o rendimento	12
2.10 Instrumentos financeiros	12
2.11 Classificação da demonstração da posição financeira	13
2.12 Eventos subsequentes	13
2.13 Estimativas e julgamentos	13
2.14 Política de gestão de riscos e respetivas coberturas	13
2.15 Capital social	13
3 • EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	13
4 • PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	14
4.1 Participações financeiras em empresas subsidiárias e conjuntamente controladas	14
4.2 Participações financeiras em empresas participadas	15
5 • PROVEITOS OPERACIONAIS	15
6 • CUSTOS OPERACIONAIS	16
7 • INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	16
8 • PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	16
9 • IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	17
10 • RESULTADOS POR AÇÃO	18
11 • GOODWILL	18
12 • ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	18
13 • SUBSÍDIOS	18
14 • OUTRAS CONTAS A RECEBER	19
15 • CLIENTES	19
16 • INVENTÁRIOS	19
17 • OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	19
18 • CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	19
19 • CAPITAL SOCIAL	19
20 • OUTRAS RESERVAS	20
21 • INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	20
22 • EMPRÉSTIMOS	20
23 • RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	21
24 • OUTRAS CONTAS A PAGAR	21
25 • PROVISÕES	21
26 • FORNECEDORES	21
27 • OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS	22
28 • SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS	23
29 • REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	28
30 • DIVIDENDOS	29
31 • RESERVAS PETROLÍFERAS	29
32 • GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	29
33 • ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	29
34 • INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	30
35 • EVENTOS SUBSEQUENTES	30
36 • APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1 • NOTA INTRODUTÓRIA

A Galp Energia, SGPS, S. A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S. A.”, tendo adotado, em 13 de setembro de 2000, a denominação atual – Galp Energia, SGPS, S. A.

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações diretas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S. A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S. A. (“Transgás, S. A.” atualmente denominada por Galp Gás Natural, S. A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura acionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de dezembro de 2011 evidenciada na Nota 19.

Parte das ações da Empresa representativas de 25,32% do capital social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

2 • PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresas, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2011. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

As normas “IAS/IFRS” aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2011 e com aplicação contabilística em exercícios presentes e posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e interpretações a aplicar em exercícios posteriores, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	23 de novembro de 2011	Após 30 de junho de 2011	2012	Sem impactos contabilísticos previsíveis

As normas “IAS/IFRS” aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) com aplicação no exercício de 2011 e com aplicação contabilística em exercícios presentes e posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e interpretações a aplicar em exercícios posteriores, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Melhorias às IFRSs: IFRS 3, IAS 21, IAS 27, IAS 28, IAS 31, IAS 32, IAS 39 e IFRS 7	19 de fevereiro de 2011	Após 30 de junho de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Melhorias às IFRSs: IFRS 1, IFRS 7, IAS 1, IAS 34 e IFRIC 13	19 de fevereiro de 2011	Após 31 de dezembro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
IFRIC 19 Extinção de Passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	24 de julho de 2010	Após 30 de junho de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Revisão à norma IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas	20 de julho de 2010	Após 31 de dezembro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IFRIC 14 pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	20 de julho de 2010	Após 31 de dezembro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emenda à IFRS 1 Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez	1 de julho de 2010	Após 30 de junho de 2010	2011	Não aplicável
Emendas à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação	24 de dezembro de 2009	Após 31 de janeiro de 2010	2011	Sem impactos contabilísticos previsíveis

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras individuais anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de ativos e passivos, assim como as quantias reportáveis de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efetuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

A Empresa, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, conforme aprovadas pela União Europeia.

As principais políticas contabilísticas adoptadas Empresa, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, tendo os investimentos financeiros sido registados ao valor de aquisição, tal como explicado na Nota 2.2. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2011 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral de ativos, passivos, custos e proveitos.

2.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

As participações financeiras em empresas subsidiárias são registadas ao custo de aquisição, deduzidas, quando aplicável, de imparidades.

As participações financeiras em empresas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados na rubrica - Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas.

2.3 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, a partir do mês de início da utilização ou entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração dos ativos tangíveis, durante a sua vida útil estimada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	5 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais, respetivamente.

2.4 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCETO GOODWILL

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo ou ativos em apreço. Nos casos em que o valor escriturado do ativo é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade, de ativos fixos.

A quantia recuperável é a maior, entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este seja alocável. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC (Weighted Average Cost of Capital) do Grupo Galp, aplicável no segmento de negócio em que o ativo ou unidade geradora de caixa seja incluída.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica de amortizações e depreciações. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.5 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Empresa sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não ocorreram transações que devessem ser classificadas como provisões para reestruturação.

2.6 SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor à data da transação.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

À data de 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa não tinha saldos expressos em moeda estrangeira.

2.7 PROVEITOS E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa a reconhecer o respectivo montante.

2.8 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o regime de periodização económica.

2.9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Desde o exercício de 2001, a Galp Energia, SGPS, S. A. encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS") o qual abrange todas as empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos escriturados e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de geração de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

2.10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes se a maturidade ou expectativa de realização for inferior a 12 meses, caso contrário são classificados como investimentos não correntes.

As aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, justo valor do preço pago, incluindo as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do exercício.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensuradas pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o regime de periodização económica.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a montagem e estruturação dos empréstimos.

e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são registadas ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

Contabilidade de cobertura

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para a cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de justo valor respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. Os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de justo valor são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de "Discounted Cash-flows", entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios de avaliação geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é desconhecida quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contábilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registradas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efetuada uma análise dos contratos existentes na Empresa, no âmbito de detecção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detetado derivados financeiros suscetíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente, nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registradas na demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

2.11 CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.12 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos.

2.13 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

2.14 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E RESPECTIVAS COBERTURAS

As atividades do Grupo Galp Energia levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da atividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

A Empresa dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações.

2.15 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

3 • EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

4 • PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações financeiras detidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram as seguintes:

Firma	Sede Social		Percentagem de capital detido		Principal atividade	Custo de aquisição	
	Localidade	País	2011	2010		2011	2010
Galp Energia, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.	6.154	6.154
Galp Energia E&P, B. V. (a)	Amesterdão	Holanda	-	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	-	29.568
Next Priority SGPS, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.	50	50
Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; Transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; Pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.	803.556	803.556
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.	344.922	344.922
Galp Power , SGPS, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	A gestão de participações sociais como forma indireta de exercício da atividade económica.	12.376	12.376
Galp Energia Netherlands, B. V. (a)	Amesterdão	Holanda	100%	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	53.987	-
GALP Trading, S. A. (b)	Genéve	Suíça	100%	-	Desenvolvimento da actividade de trading físico de petróleo bruto, de produtos petrolíferos, de produtos petroquímicos e de gás natural; actividade de afretamento de navios para o transporte marítimo dos produtos objeto da actividade de trading.	92	-
Galp Bioenergy B. V. (a)	Amesterdão	Holanda	100%	-	Produção e comercialização de biocombustíveis.	3.745	-
						1.224.882	1.196.626

Firma	Sede Social	31 de dezembro de 2011			
		Total ativo	Total passivo	Capitais próprios	Resultado líquido
Galp Energia, S. A.	Lisboa	36.135	29.896	6.239	3.247
Galp Energia E&P, B. V.	Lisboa	-	-	-	-
Next Priority SGPS, S. A.	Lisboa	51	3	48	(1)
Petróleos de Portugal - Petrogal, S. A.	Lisboa	6.605.977	5.848.600	757.377	103.607
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S. A.	Lisboa	1.412.929	1.062.065	350.863	45.655
Galp Power , SGPS, S. A.	Lisboa	162.279	166.242	(3.963)	(695)
Galp Energia Netherlands, B. V.	Amesterdão	55.636	113	55.523	(71)
GALP Trading, S. A.	Genéve	103	-	103	-
Galp Bioenergy, B. V.	Amesterdão	3.788	63	3.725	(21)
		8.276.897	7.106.982	1.169.915	151.721

(a) No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o grupo Galp Energia procedeu à reorganização das sociedades com sede na Holanda, como se segue:

- A Empresa subscreveu 100% do capital social da Galp Energia Netherlands B. V., a qual foi constituída em junho de 2011, com objetivo de ser a detentora das participações sociais correspondentes aos projetos de exploração e produção;
- Em agosto de 2011, de forma a separar os negócios de exploração e produção dos negócios de biocombustíveis, a Galp Energia E&P B. V. sofreu um processo de cisão, que resultou na constituição de uma nova sociedade a Galp Bioenergy B. V. que passou a deter os negócios de biocombustíveis. Esta nova sociedade é detida a 100% pela Galp Energia, SGPS, S. A.;
- Em setembro foi realizada uma permuta de participações sociais entre a Galp Energia, SGPS, S. A. e a Galp Energia Netherlands B. V., com o intuito de que esta nova sociedade passe a deter a totalidade da participação na Galp Energia E&P B. V.. No decurso deste processo a Galp Energia E&P B. V. alterou a sua denominação social para Galp Brazil Services B. V.

(b) A Galp Energia, SGPS, S. A. subscreveu 100% do capital social da Galp Trading, S. A., a qual foi constituída em agosto de 2011, não tendo realizado qualquer operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os movimentos ocorridos na rubrica resultados relativos a participações financeiras em subsidiárias, foram os seguintes:

	2011	2010
Dividendos recebidos	53.880	348.764
Menos-valias apuradas na permuta de participações em subsidiárias	(838)	-
Mais-valias apuradas na alienação de participações em subsidiárias	-	39
	53.042	348.803

4.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

As participações financeiras detidas em empresas participadas e conjuntamente controladas, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram as seguintes:

Firma	Sede Social		Percentagem de capital detido		Custo de aquisição	
	Localidade	País	2011	2010	2011	2010
Adene - Agência para a Energia, S. A.	Lisboa	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
OEINERGE - Agência Municipal de Energia e Ambiente	Oeiras	Portugal	1,45%	1,45%	1	1
Central E, S. A.	Lisboa	Portugal	-	0,70%	-	2
Omegas - Sociedade D'Etuded du Gazoduc Magreb - Europe		Marrocos	-	-	35	35
Galp Swazilândia		Swazilândia	-	-	1	1
Galp Gâmbia		Gâmbia	-	-	-	-
					151	153

No exercício de 2011, a Empresa alienou 318 ações que detinha na empresa Central e, S. A., pelo montante de 5 mEuros, obtendo uma mais-valia de 3 mEuros.

5 • PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos proveitos operacionais da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Rubricas	2011	2010
Prestação de serviços	9.088	7.381
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	299	2.544
	9.387	9.925

As prestações de serviços, no montante de mEuros 9.088, respeitam, essencialmente, a serviços de gestão prestados a outras empresas do grupo.

Os proveitos suplementares referem-se, essencialmente, a redêbitos a outras empresas do grupo, de gastos incorridos por conta das mesmas.

As prestações de serviços efetuadas pela Empresa nos exercícios de 2011 e 2010 tiveram a seguinte distribuição, por mercado geográfico:

	2011	2010
Mercado Interno	7.863	6.881
Mercado externo	1.225	500
	9.088	7.381

6 • CUSTOS OPERACIONAIS

O resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram afetados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

Rubricas	2011	2010
Fornecimentos e serviços externos:		
Outros trabalhos especializados	4.279	6.331
Deslocações e estadas	462	342
Serviços jurídicos	240	74
Outros custos	173	120
Rendas e alugueres	172	238
Seguros	154	231
Estudos e projetos	151	701
Comunicação	121	70
Despesas de representação	67	59
Combustíveis	65	93
Serviços informáticos	47	49
Marketing e comunicação	32	34
Honorários	23	20
Artigos para oferta	18	58
Material de escritório	16	20
Contencioso e notariado	8	4
Conservação e reparação	6	9
Livros e documentação técnica	2	1
Publicidade	-	35
Ferramentas e utensílios	-	1
Limpeza, higiene e conforto	-	1
	6.036	8.491
Custos com o pessoal:		
Remunerações dos membros dos órgãos sociais (Nota 29)	4.188	4.018
Remunerações do pessoal	722	743
Encargos sociais	122	130
Benefícios de reforma - pensões e seguros	-	2
Outros seguros	78	97
Outros gastos	90	43
	5.200	5.033
Amortizações e depreciações:		
Depreciações de activos tangíveis (Nota 12)	4	5
Provisões e imparidade de contas a receber:		
Provisões e reversões (Nota 25)	(106)	3.365
Outros custos operacionais:		
Outros impostos	1.132	514
Outros custos operacionais	355	294
	1.487	808
	12.622	17.703

Os outros trabalhos especializados compreendem essencialmente, custos com a remuneração dos órgãos sociais, no valor de mEuros 2.060 (Nota 29) e a serviços corporativos, nomeadamente, serviços de contabilidade, serviços de gestão de pessoal, serviços gerais, serviços financeiros e serviços de auditoria, faturados pela subsidiária Galp Energia, S. A. (Nota 28).

7 • INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Não aplicável.

8 • PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Proveitos e Custos Financeiros	2011	2010
Proveitos financeiros		
Juros obtidos relativos a outras empresas do grupo (Nota 28)	157.922	88.140
Juros obtidos - outros	527	158
Outros proveitos e ganhos financeiros	2.970	3.813
	161.419	92.111
Custos financeiros		
Juros suportados relativos a outras empresas do grupo (Nota 28)	3.593	749
Outros juros suportados	109.726	63.742
Comissões	5.288	4.692
Outros custos e perdas financeiros	4.911	4.911
	123.519	74.094

9 • IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa e algumas das suas subsidiárias são tributadas de acordo com o regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Empresa. Contudo, as estimativas de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados fiscais apurados individualmente, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 representa uma conta a pagar e a receber dessas empresas, nos montantes de 30.931 mEuros e 31.317 mEuros (Nota 28), respetivamente.

As seguintes situações podem afetar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- (i) De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.
- (ii) As declarações fiscais da Galp relativas aos exercícios de 2008 a 2011 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a Administração da Galp considera que, as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.
- (iii) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados rendimentos ou gastos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a rubrica de impostos sobre o rendimento, a receber e a pagar, tinha a seguinte composição:

	Activo		Passivo	
	2011	2010	2011	2010
Empresas do grupo:				
Imposto sobre o rendimento a receber / pagar (Nota 28)	30.930	40.025	31.317	18.572
Estado:				
Imposto a receber / pagar	21.932	10.629	-	34.456
	52.862	50.654	31.317	53.028

A estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa é registada com base nos resultados fiscais que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 representa um imposto a pagar no montante de mEuros 9.941 e foi calculado como segue:

Impostos sobre o Rendimento	2011	2010
Imposto corrente	9.917	4.208
Insuficiência de estimativa de imposto de anos anteriores	60	332
Imposto diferido	(36)	15
	9.941	4.555

Seguidamente apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e o detalhe dos impostos diferidos:

Imposto corrente	2011	2010
Resultado Antes de Impostos:	87.093	359.702
Acréscimos à matéria coletável:	1.100	3.633
Provisões não aceites fiscalmente	-	3.235
Realizações de utilidade social não dedutíveis	96	136
Outros Acréscimos	166	262
Acréscimos equivalência patrimonial	838	-
Decréscimos à matéria coletável:	(53.939)	(348.803)
Outras deduções	(59)	(54)
Decréscimos equivalência patrimonial	(53.880)	(348.749)
Matéria Coletável	34.254	14.532
IRC Liquidado	9.369	3.946
Derrama	514	218
Tributações autónomas	34	44
Estimativa de imposto corrente do exercício	9.917	4.208
Imposto diferido e excesso de estimativa do exercício	24	347
Imposto sobre o rendimento	9.941	4.555
Taxa efetiva de imposto	11,41%	1,27%

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos das rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos eram compostos como segue:

	Activos		Passivos	
	2011	2010	2011	2010
Instrumentos financeiros	533	-	299	-
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	6	6	-	-
Outros	236	200	-	-
	775	206	299	

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de 2011 e 2010 são justificados como se segue:

	Activos		Passivos
	2011	2010	2011
Saldo Inicial	206	221	-
Instrumentos financeiros	533	-	299
Outros	36	(15)	-
Saldo Final	775	206	299

10 • RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados líquidos por ação em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	2011	2010
Resultados		
Resultado líquido	77.152	355.147
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação (Nota 19)	829.250.635	829.250.635
Resultado líquido por ação básico (valores em Euros)	0,09 €	0,43 €

O resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico, dado não existirem fatores de diluição.

11 • GOODWILL

Não aplicável.

12 • ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de amortização que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota. Nos exercícios de 2011 e 2010 os ativos tangíveis têm o seguinte movimento:

	2011					2010				
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis
Custo de aquisição										
Saldo em 01 de Janeiro	33	52	295	1.009	1.389	33	52	295	1.009	1.389
Saldo em 31 de dezembro	33	52	295	1.009	1.389	33	52	295	1.009	1.389
Amortizações										
Saldo em 01 de Janeiro	(33)	(52)	(286)	(1.009)	(1.380)	(33)	(52)	(281)	(1.009)	(1.375)
Amortização do exercício (Nota 6)	-	-	(4)	-	(4)	-	-	(5)	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro	(33)	(52)	(290)	(1.009)	(1.384)	(33)	(52)	(286)	(1.009)	(1.380)
Saldo acumulado	(33)	(52)	(290)	(1.009)	(1.384)	(33)	(52)	(286)	(1.009)	(1.380)
Valor líquido										
em 31 de dezembro	-	-	5	-	5	-	-	9	-	9

Os ativos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As amortizações são calculadas conforme definidas na mesma nota. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os ativos fixos intangíveis apresentam o seguinte movimento:

	2011		2010	
	Propriedade industrial e outros direitos	Total de ativos intangíveis	Propriedade industrial e outros direitos	Total de ativos intangíveis
Custo de aquisição:				
Saldo em 01 de Janeiro	8	8	8	8
Saldo em 31 de dezembro	8	8	8	8
Amortizações:				
Saldo em 01 de Janeiro	(8)	(8)	(8)	(8)
Saldo em 31 de dezembro	(8)	(8)	(8)	(8)
Valor líquido				
em 31 de dezembro	-	-	-	-

13 • SUBSÍDIOS

Não aplicável.

14 • OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de outras contas a receber, não correntes e correntes, apresentavam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Rubricas	2011		2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IVA - Reembolsos solicitados	797	-	797	-
Outros	109	-	109	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	76	-	92	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, participadas e relacionadas (Nota 28)	275.534	3.111.704	171.111	2.850.635
Adiantamentos a fornecedores	11	-	137	-
Pessoal	119	-	200	-
Outras contas a receber	433	-	1.194	-
	277.080	3.111.704	173.640	2.850.635
Acréscimos de proveitos (Nota 28):				
Juros a receber	77.324	-	13.581	-
Outros acréscimos de proveitos	27	-	101	-
	77.350	-	13.682	-
Custos diferidos:				
Juros e outros encargos financeiros	701	-	358	-
Seguros pagos antecipadamente	69	-	67	-
	771	-	424	-
	355.201	3.111.704	187.746	2.850.635
Imparidade de outras contas a receber	(286)	-	(286)	-
	354.916	3.111.704	187.461	2.850.635

15 • CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica, apresentava os saldos de mEuros 2.722 e mEuros 4.836, respetivamente, referentes na sua totalidade, a outras empresas do Grupo (Nota 28).

16 • INVENTÁRIOS

Não aplicável.

17 • OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 encontra-se registado pelo seu justo valor, os montantes de mEuros 1.032 e de 1.756 (Nota 27), nas rubricas de outros investimentos financeiros não correntes, ativos e passivos, respetivamente, referentes a operações swaps de taxas de juro.

18 • CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2011	2010
Numerário	6	8
Depósitos a Ordem	56.663	426
Caixa e seus equivalentes no balanço	56.669	434
Descobertos bancários (Nota 22)	(26.130)	(75.991)
Caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa	30.539	(75.557)

19 • CAPITAL SOCIAL

Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 ações (Nota 10) com o valor nominal de 1 Euro cada.

O capital da Empresa em 31 de dezembro de 2011 encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	Nº ações	% capital
Amorim Energia, B. V.	276.472.161	33,34%
Eni, S. p. A.	276.472.161	33,34%
Parública – Participações Públicas, SGPS, S. A.	58.079.514	7,00%
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	8.292.510	1,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%
	829.250.635	100,00%

20 • OUTRAS RESERVAS

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2011	2010
Reservas legais	165.850	165.850
Reservas livres	27.977	27.977
	193.827	193.827

21 • INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Não aplicável.

22 • EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	2011		2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	685.250	-	150.000	250.000
Empréstimos externos	13.916	629.904	3.716	601.319
Descobertos bancários (Nota 18)	26.130	-	75.991	-
	725.295	629.904	229.707	851.319
Empréstimos obrigacionistas				
Emissão de 2009	280.000	420.000	-	700.000
Emissão de 2010	-	300.000	-	300.000
Emissão de 2011	-	185.000	-	-
	280.000	905.000	-	1.000.000
	1.005.295	1.534.904	229.707	1.851.319

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.060.000, que se dividem em mEuros 200.000 de médio e longo prazo e mEuros 860.000 de curto prazo.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de "spreads" variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pela Empresa. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

A Empresa contraiu em 2006 um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projeto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, nos montantes de mEuros 39.000 e mEuros 19.000, que são remuneradas, respetivamente, à taxa fixa e à taxa fixa revisível. O empréstimo é reembolsado em prestações semestrais vencendo-se as últimas respetivamente em 15 de setembro de 2021 e 15 de março de 2022.

Durante o exercício de 2008, a Empresa contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projeto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Matosinhos, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revisível, com o prazo de vencimento de nove anos.

A Empresa contraiu em 2009 um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projeto de conversão das refinarias de Sines e de Matosinhos, no montante de mEuros 500.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, nos montantes mEuros 300.000 e mEuros 200.000, que são remuneradas, respetivamente, à taxa de juro fixa revisível e fixa, com o prazo de vencimento de quinze anos, incluindo dois de carência de capital e treze de reembolso.

Estes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, com exceção da tranche de mEuros 200.000, são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petrogal, S. A.

O restante financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 200.000, é garantido por Sindicato Bancário.

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S. A.

Em 13 de maio de 2009 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de Maio de 2012 e 60% em 20 de maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S. A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S. A.

A emissão foi participada por um conjunto de catorze bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S. A., o Caixa – Banco de Investimento, S. A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., o Banco BPI, S. A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., o BNP Paribas e a Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade

de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S. A., o BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, o Banco Itaú Europa, S. A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merrill Lynch International e a Société Générale.

Emissão de 2010 – Galp Energia, SGPS, S. A.

Em 12 de novembro de 2010 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscri o particular, no montante de mEuros 300.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista   remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 50% em 12 de novembro de 2013 e 50% em 12 de novembro de 2014.

A emissão foi participada por um conjunto de seis bancos internacionais: Citibank International plc, ING Belgium SA/NV – Sucursal em Portugal, Banco Itaú Europa, S. A. – Sucursal Financeira Internacional, Banco Espa ol de Credito S. A. (Banesto), Caixa d'Estalvis i Pensions de Barcelona "la Caixa" e BB Securities Limited.

Emissão de 2011 – Galp Energia, SGPS, S. A.

Em 3 de agosto de 2011 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscri o particular, no montante de mEuros 185.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista   remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto em 3 de agosto de 2014.

A emissão foi participada por um conjunto de três bancos internacionais: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A., J.P. Morgan Securities Ltd. e Banco Itaú BBA International, S. A. – Sucursal de Londres.

23 • RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Não aplicável.

24 • OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

Rubricas	Corrente	
	2011	2010
Estado e outros entes públicos:		
IVA a pagar	442	257
Segurança social	12	14
IRS reten�es efetuadas a terceiros	99	94
Pessoal	48	66
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	428.810	320.524
Outros credores	27	27
	429.438	320.982
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos	441	450
Fornecimentos e serviços externos	130	192
Pr�mios de produtividade	-	267
Seguros a liquidar	26	-
Juros a liquidar	20.772	13.938
Custos e perdas financeiros	23	1
Outros acréscimos de custos	626	1.732
	22.018	16.580
	451.456	337.562

25 • PROVISÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os movimentos ocorridos na rubrica de provisões foram os seguintes:

Rubricas	2011				
	Saldo inicial	Utiliza�es	Diminui�es (Nota 6)	Regulariza�es	Saldo final
Processos judiciais	468	(29)	(106)	-	333
Impostos	6.607	-	-	-	6.607
Outras	12	-	-	(12)	-
	7.087	(29)	(106)	(12)	6.940

Rubricas	2010			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminui�es	Saldo final
Processos judiciais	333	138	(3)	468
Impostos	3.377	3.230	-	6.607
Outras	6	6	-	12
	3.716	3.374	(3)	7.087

26 • FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2011	2010
Fornecedores, conta corrente	572	320
Fornecedores - faturas em recep�o e conferência	33	32
	605	352

27 • OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVADOS FINANCEIROS

Os derivados financeiros apresentam a 31 de dezembro de 2011 as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Ativo	Justo valor por resultados			
Swaps	Paga entre 3,438% e 3,872% Recebe Euribor 6 m	mEur 30.000	2013	157
	Cobertura de Fluxo de Caixa			
Swaps	Paga entre 1,305% e 1,610% Recebe Euribor 6m	mEur 265.000	2013-2014	876
Passivo	Justo valor por resultados			
Swaps	Paga 3,330% Recebe Euribor 6m	mEur 29.639	2013	(74)
	Cobertura de Fluxo de Caixa			
Swaps	Paga entre 1,480% e 1,610% Recebe Euribor 6m	mEur 280.000	2013-2014	(2.267)
				(724)

Swaps sobre Taxa de Juro

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro, classificados como Ativos ou Passivos de justo valor por resultados, apresentam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as seguintes evoluções:

Derivados sobre Taxa de Juro	Ativo	Passivo
	Não corrente	Não corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2010	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	(972)	-
Recebimento/(Pagamento) de Juros refletido em resultados	972	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados	702	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2010	702	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	(1.005)	-
Recebimento/(Pagamento) de Juros refletido em resultados	1.005	-
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido em resultados	(545)	(74)
Aumento/(diminuição) no justo valor refletido no Capital próprio	875	(1.682)
Justo valor em 31 de dezembro de 2011 (Nota 17)	1.032	(1.756)

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como “ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos” ou “passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de fluxo de caixa”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatar quaisquer riscos que possam afectar os resultados do exercício de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de justo valor”.

Em conformidade com a norma IFRS 7 uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos inputs utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços) quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

O justo valor dos derivados financeiros contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2).

28 • SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem ser resumidos como se segue:

Saldos ativos

Empresa	2011					
	Total das Entidades Relacionadas	Não corrente		Corrente		
		Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Cientes (Nota 15)	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber (Nota 9 e 14)	Acréscimos e Diferimentos (Nota 14)
Petrogal, S. A.	2.989.478	2.675.000	1.533	236.693	751	75.501
GDP Gás de Portugal, SGPS, S. A.	279.474	278.743	-	-	137	594
Galp Power, SGPS, S. A.	163.039	157.871	-	3.916	-	1.252
Lisboaqs, S. A.	25.342	-	-	16.190	9.153	-
Sinecogeração, S. A.	7.143	-	-	-	7.143	-
Galp Gás Natural, S. A.	6.843	-	-	-	6.843	-
Transgás Armazenagem, S. A.	4.873	-	-	4.594	279	-
Galp Power, S. A.	4.215	-	80	4.136	-	-
Galp Açores, Lda.	3.958	-	32	3.927	-	-
Transgás, S. A.	3.217	-	-	3.217	-	-
GDP Serviços, S. A.	2.192	-	156	-	2.036	-
Galp Energia, S. A.	1.674	-	-	-	1.674	-
Galpgeste, S. A.	1.600	-	-	1.256	344	-
Lisboaqs CUR, S. A.	1.499	-	-	-	1.499	-
Galp Madeira, Lda.	1.185	-	3	1.181	-	-
Petrogal Brasil	650	-	650	-	-	-
Tanquisado, S. A.	558	-	-	-	558	-
Gasinsular-Combustíveis do Atlântico	402	-	-	400	-	2
Duriensegás, S. A.	254	-	-	-	254	-
Serviexpress Portugal, S. A.	116	-	-	-	116	-
Galp Exploração	101	-	101	-	-	-
Adene-Agência para a Energia, S. A.	90	90	-	-	-	-
Paxgás, S. A.	77	-	-	5	72	-
Galp Brazil Services B. V.	75	-	75	-	-	-
Petrogal Moçambique, Lda.	58	-	39	-	19	-
Medigás, S. A.	37	-	-	-	36	-
Petrogás Guiné-Bissau, Lda.	33	-	16	-	17	-
Soturís, S. A.	29	-	-	-	29	-
Fast Access, S. A.	26	-	22	-	4	-
Dianagás, S. A.	25	-	-	19	7	-
Tagusgás, S. A.	19	-	8	-	11	-
Número Um, S. A.	15	-	4	-	11	-
Petrogal Angola, Lda.	7	-	-	-	7	-
Petromar, Lda.	6	-	-	-	6	-
Tagus Re, S. A.	6	-	-	-	6	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	4	-	-	-	4	-
CORS, S. A.	3	-	3	-	-	-
Galpfer, S. L.	3	-	-	-	3	-
ASA - Abast. e Serv. Aviação, S. A.	1	-	-	-	1	-
Eni, S. p. A.	1	-	1	-	-	-
Sacor Marítima, S. A.	1	-	1	-	-	-
CLC, S. A.	1	-	1	-	-	-
Gasfomento, S. A.	(3)	-	(3)	-	-	-
	3.498.326	3.111.704	2.722	275.534	31.021	77.351

O montante de mEuros 3.111.704, registado na rubrica de empréstimos concedidos, não corrente, respeita, essencialmente, a suprimentos concedidos às empresas do grupo e são remunerados à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 3% e não têm prazo de reembolso definido, sendo a expectativa do Conselho de Administração que os mesmos não venham a ser reembolsados no curto prazo.

O montante de mEuros 275.534, registado na rubrica de empréstimos concedidos, no ativo corrente, respeita, essencialmente, ao "cash pooling" da Empresa com as empresas do grupo. Os empréstimos concedidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

Do montante de mEuros 31.021, registado na rubrica de outras contas a receber, no ativo corrente, mEuros 30.931, respeita, ao imposto a receber das empresas no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

O montante de mEuros 77.350 registado em acréscimos e diferimentos, no ativo corrente, referem-se a juros vencidos de empréstimos concedidos, em 31 de dezembro de 2011, a outras empresas do Grupo.

Empresa	2010					
	Não corrente			Corrente		
	Total das Entidades Relacionadas	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Cientes (Nota 15)	Empréstimos Concedidos (Nota 14)	Outras Contas a Receber (Nota 9 e 14)	Acréscimos e Diferimentos (Nota 14)
Petrogal, S. A.	2.537.308	2.500.000	4.238	-	20.737	12.333
GDP Gás de Portugal, SGPS, S. A.	217.462	216.736	-	-	316	410
Galp Power, SGPS, S. A.	134.647	133.809	-	-	-	838
Transgás, S. A.	96.606	-	-	96.606	-	-
Lisboagás, S. A.	34.692	-	-	32.687	2.005	-
Duriensegás, S. A.	10.350	-	-	9.798	552	-
Medigás, S. A.	8.673	-	-	8.670	3	-
Galp Power, S. A.	5.600	-	78	5.460	62	-
GDP Serviços, S. A.	5.363	-	154	3.153	2.056	-
Dianagás, S. A.	5.191	-	-	5.117	74	-
Sinecogeração, S. A.	4.405	-	-	-	4.405	-
Lisboagás CUR, S. A.	4.345	-	-	2.821	1.524	-
Galp Gás Natural, S. A.	4.219	-	-	-	4.219	-
Paxgás, S. A.	3.520	-	-	3.429	91	-
Galp Energia, S. A.	3.000	-	-	-	2.899	101
Transgás Armazenagem, S. A.	1.823	-	-	1.467	356	-
Soturis, S. A.	1.425	-	-	1.384	42	-
Tanquisado, S. A.	379	-	-	-	379	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	371	-	-	335	36	-
Sucursal Espanha	250	-	250	-	-	-
Galpgeste, S. A.	202	-	-	-	202	-
Galp Energia E&P, B. V.	190	-	-	185	5	1
Serviexpress Portugal, S. A.	115	-	-	-	115	-
Adene-Agência para a Energia, S. A.	90	90	-	-	-	-
Petrogal Moçambique, Lda.	58	-	39	-	19	-
Petrogás Guiné-Bissau, Lda.	33	-	16	-	17	-
Fast Access, S. A.	26	-	22	-	4	-
Petromar, Lda.	20	-	(2)	-	23	-
Tagusgás, S. A.	19	-	8	-	11	-
Tagus Re, S. A.	16	-	-	-	16	-
Galp Açores, Lda.	16	-	16	-	-	-
Galp Madeira, Lda.	15	-	15	-	-	-
Número Um, S. A.	15	-	4	-	11	-
Petrogal Angola, Lda.	7	-	-	-	7	-
Galpfer, S. L.	3	-	-	-	3	-
ASA - Abast. e Serv. Aviação, S. A.	1	-	-	-	1	-
Eni, S. p. A.	1	-	1	-	-	-
CLC, S. A.	1	-	1	-	-	-
Gasfomento, S. A.	(4)	-	(4)	-	-	-
Combustíveis Líquidos, Lda.	(10)	-	-	-	(10)	-
	3.080.443	2.850.635	4.835	171.111	40.180	13.682

O montante de mEuros 2.850.635, registado na rubrica de empréstimos concedidos, não corrente, respeita essencialmente a suprimentos concedidos a outras empresas do grupo e são remunerados à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 3% e não têm prazo de reembolso definido, sendo a expectativa do Conselho de Administração que os mesmos não venham a ser reembolsados no curto prazo.

O montante de mEuros 171.111, registado na rubrica de empréstimos concedidos, no ativo corrente, respeita essencialmente, ao "cash pooling" da Empresa com as outras empresas do grupo. Os empréstimos concedidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

Do montante de mEuros 40.180, registado na rubrica de outras contas a receber, no ativo corrente, mEuros 40.025, respeita ao imposto a receber das outras empresas do grupo no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

O montante de mEuros 13.681 registado em acréscimos e diferimentos, no ativo corrente, referem-se a juros vencidos de empréstimos, em 31 de dezembro de 2010, a outras empresas do Grupo.

Saldos passivos:

Empresa	2011				
	Corrente				
	Total das Entidades Relacionadas	Fornecedores	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	Acréscimos e diferimentos
Galp Gás Natural, S. A.	148.926	8	148.919	-	-
Galp Energia Portugal Holding, B. V.	135.996	-	135.500	-	496
Galp Exploração	41.867	-	41.867	-	-
Tagus Re, S. A.	28.506	-	28.400	-	106
Petrogal, S. A.	25.909	68	-	25.841	-
Sinecogeração	18.569	-	18.514	55	-
Tanquisado S. A.	16.497	-	16.495	2	-
Sacor Marítima, S. A.	13.912	32	13.879	-	-
Galp Energia, S. A.	8.663	260	8.385	9	9
Lisboagás CUR	5.444	-	5.444	-	-
GDP Distribuição, SGPS, S. A.	2.876	-	2.876	-	-
GDP Serviços	2.707	-	2.707	-	-
Galp Power, S. A.	1.864	-	-	1.864	-
CLT Lda.	1.749	-	744	1.005	-
Galp Exploração Timor Leste, S. A.	1.567	-	1.543	24	-
Portocogeração, S. A.	1.276	-	1.250	26	-
Galp Power, SGPS, S. A.	1.272	-	419	852	-
Transgás, S. A.	1.094	-	-	1.094	-
Eni, S. p. A.	846	220	-	-	626
SM Internacional	616	1	615	-	-
CORS, Lda.	537	-	332	204	-
Gasmár, S. A.	383	1	382	-	-
Medigás, S. A.	269	-	269	-	-
Galpgeste, S. A.	251	-	-	251	-
Tripul	145	-	144	-	-
Duriensegás, S. A.	120	-	120	-	-
Soturis, S. A.	25	-	5	21	-
Transgás Armazenagem, S. A.	23	-	-	23	-
Serviexpress Portugal, S. A.	17	-	-	17	-
Combustíveis Líquidos, S. A.	12	-	-	12	-
Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S. A.	11	-	-	11	-
Galp Madeira, Lda.	8	8	-	-	-
Galp Açores, Lda.	2	2	-	-	-
Gasfomento, S. A.	1	(4)	-	5	-
	461.961	598	428.810	31.317	1.236

Do montante de mEuros 428.810, registado na rubrica de empréstimos obtidos, correntes, mEuros 135.500 respeita a empréstimo concedido pela empresa Galp Energia Portugal Holding, B. V., mEuros 28.400 a empréstimo concedido pela empresa Tagus,Re, S. A. e mEuros 264.910 ao "cash pooling" da Empresa com as outras empresas do grupo. Os empréstimos obtidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

O montante de mEuros 31.317 em outras contas a pagar, respeita ao imposto a pagar às outras empresas do grupo, no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

Empresa	2010				
	Corrente				
	Total das Entidades Relacionadas	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 24)	Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 9)	Acréscimos e diferimentos
Combustíveis Líquidos, S. A.	6	-	-	6	-
Eni, S. p. A.	1.455	84	-	-	1.371
Galp Energia Portugal Holding, B. V.	103.170	-	102.750	-	420
Gasfomento, S. A.	-	(4)	-	4	-
GDP Distribuição, SGPS, S. A.	8.538	-	8.538	-	-
GALP Power, SGPS, S. A.	2.921	-	2.051	870	-
Galp Exploração Timor Leste, S. A.	2.792	-	2.794	(2)	-
Galp Energia, S. A.	8.693	290	8.358	1	44
Petrogal, S. A.	56.945	56	43.678	13.179	32
Soturís, S. A.	21	-	-	21	-
Galpgeste, S. A.	443	-	443	-	-
Sacor Marítima, S. A.	15.695	7	15.687	-	-
Gasmar, S. A.	475	-	475	-	-
SM Internacional, S. A.	617	-	617	-	-
Tripul, S. A.	108	-	108	-	-
Galp Power, S. A.	2.673	-	-	2.673	-
Galp Exploração, S. A.	15.148	-	15.148	-	-
Galp Açores, Lda.	1.318	-	1.318	-	-
Galp Madeira, Lda.	4.753	3	4.750	-	-
Tanquisado S. A.	15.754	-	15.737	18	-
CLT Lda.	2.610	-	1.857	753	-
CORS, Lda.	1.490	1	1.489	-	-
Serviexpress Portugal, S. A.	17	-	-	17	-
Galp Gás Natural, S. A.	93.541	13	93.524	-	4
Transgás, S. A.	925	-	-	925	-
Sinecoeração, S. A.	667	-	612	55	-
Portcoeração, S. A.	625	-	592	33	-
Galp central de Ciclo Combinado, S. A.	17	-	-	17	-
Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S. A.	2	-	-	2	-
	341.419	450	320.524	18.572	1.871

Do montante de mEuros 320.524, registado na rubrica de empréstimos obtidos, correntes, mEuros 102.750 respeita a empréstimo concedido pela empresa Galp Energia Portugal Holding, B. V. e mEuros 217.174 ao "cash pooling" da Empresa com as empresas do grupo. Os empréstimos obtidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

O montante de mEuros 18.572 em outras contas a pagar, respeita ao imposto a pagar às empresas do grupo, no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

Transações

Empresa	2011			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Amorim, B. V.	536	-	-	-
CLT, Lda.	-	-	5	(18)
CORS, S. A.	-	-	1	(3)
Dianaqás, S. A.	-	-	-	(201)
Durienseqás, S. A.	-	-	1	(334)
Eni, S. p. A.	1.598	-	-	-
Galp Exploração Timor Leste, S. A.	-	-	21	-
Galp Açores, Lda.	-	(156)	39	(18)
Galp Brasil Serviços, B. V.	-	(75)	-	(5)
Galp Energia España, S. A.	5	-	-	-
Galp Energia Portugal Holding, B. V.	-	-	1.853	-
Galp Energia, S. A.	2.340	(28)	77	(4)
Galp Exploração, S. A.	-	(1.045)	8	(2.427)
Galp Gás Natural, S. A.	61	-	732	(50)
Galp Madeira, Lda.	-	(156)	109	(4)
Galp Power, S. A.	-	(778)	1	(298)
Galp Power, SGPS, S. A.	-	-	35	(6.185)
Galpgeste, S. A.	-	-	14	(7)
GásInsular, Lda.	-	-	-	(31)
Gasmar, S. A.	-	-	4	-
GDP Gás de Portugal, SGPS, S. A.	-	-	120	(10.490)
GDP Serviços, S. A.	-	(1.674)	8	(95)
Lisboaqás CUR, S. A.	-	-	55	(15)
Lisboaqás, S. A.	-	-	1	(457)
Medigás, S. A.	-	-	-	(337)
Paxqás, S. A.	-	-	-	(148)
Petrogal Brasil	-	(650)	-	-
Petrogal, S. A.	632	(4.310)	8	(132.362)
Petrogal, Sucursal España	-	(500)	-	(11)
PortCoeração, S. A.	-	-	-	(400)
Sacor Marítima, S. A.	-	-	167	(1)
Sinecoeração, S. A.	-	-	131	-
SM Internacional, S. A.	-	-	7	(1)
Soturis, S. A.	-	-	2	(3)
Tagus Re, S. A.	-	(11)	106	-
Tanquisado S. A.	-	-	84	(2)
Transgás Armazenagem, S. A.	-	-	1	(100)
Transgás, S. A.	-	-	2	(3.915)
Tripul, S. A.	-	-	1	-
	5.172	(9.383)	3.593	(157.922)

Do montante de mEuros 5.102 registado em custos operacionais, mEuros 2.134 referem-se a custos com os Administradores, debitados pelas acionistas Eni, S. p. A. e Amorim, B. V. e mEuros 2.056 aos serviços prestados pela subsidiária Galp Energia, S. A., relativas a, nomeadamente, serviços de consultoria e apoio à gestão empresarial nas áreas de contabilidade, tesouraria, gestão financeira, administrativa e logística, compras e aprovisionamento, imobilizados, auditoria, sistemas de informação, recursos humanos e formação.

Do montante de mEuros 9.383 mEuros registado em proveitos operacionais, o montante de mEuros 9.088 respeita a serviços de gestão e o montante de mEuros 295 a redêbitos de pagamentos efectuados, por conta de outras empresas do grupo.

O montante de mEuros 157.922 refere-se a juros de empréstimos concedidos a outras empresas do grupo, vencidos durante o exercício de 2011.

Empresa	2010			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Proveitos financeiros (Nota 8)	Custos financeiros (Nota 8)
Amorim, B. V.	586	-	-	-
CLT, Lda.	-	-	(16)	1
CORS, S. A.	-	-	-	5
Dianaqás, S. A.	-	-	(105)	-
Durienseqás, S. A.	-	-	(206)	-
Eni, S. p. A.	2.683	-	-	-
Galp Exploração Timor Leste, S. A.	-	-	-	14
Galp Açores, Lda.	-	(156)	(1)	8
Galp Energia España, S. A.	1	-	-	-
Galp Energia Portugal Holding, B. V.	-	-	(4)	435
Galp Energia, S. A.	2.272	(219)	(2)	14
Galp Exploração, S. A.	-	(1.046)	(1.053)	4
Galp Gás Natural, S. A.	62	(411)	(6)	143
Galp Gás Propano, S. A.	-	-	-	7
Galp Madeira, Lda.	-	(156)	-	20
Galp Power, S. A.	-	(780)	(117)	-
Galp Power, SGPS, S. A.	-	-	(3.949)	8
Galpgeste, S. A.	-	-	(1)	5
Gásinsular, Lda.	-	-	(6)	-
Gasmar, S. A.	-	-	-	1
GDP Distribuição, SGPS, S. A.	-	-	(8.050)	7
GDP Serviços, S. A.	-	(2.074)	(10)	4
Lisboaqás, S. A.	-	-	(731)	-
Lisboaqás CUR, S. A.	-	-	(22)	6
Lusitaniqás, S. A.	-	-	(176)	-
Mediqás, S. A.	-	-	(193)	-
Paxqás, S. A.	-	-	(66)	-
Petrogal, S. A.	675	(4.446)	(70.974)	3
PortCogeração, S. A.	-	(2)	(76)	-
Sacor Marítima, S. A.	-	-	-	43
Sinecogeração, S. A.	-	-	(108)	5
SM Internacional, S. A.	-	-	-	1
Soturis, S. A.	-	-	(30)	-
Spower, S. A.	-	-	(5)	-
Petrogal, Sucursal España	-	(500)	-	-
Tagus Re, S. A.	-	(30)	-	-
Tanquisado S. A.	-	-	-	15
Transqás Armazenagem, S. A.	-	-	(38)	-
Transqás, S. A.	-	-	(2.195)	-
	6.279	(9.820)	(88.139)	749

Do montante de mEuros 6.279 registado em custos operacionais, mEuros 3.269 referem-se a custos com os Administradores, debitados pelas accionistas Eni, S. p. A. e Amorim, B. V., mEuros 2.272 aos serviços prestados pela subsidiária Galp Energia, S. A., relativos a, nomeadamente, aos serviços de consultoria e apoio à gestão empresarial nas áreas de contabilidade, tesouraria, gestão financeira, administrativa e logística, compras e aprovisionamento, imobilizados, auditoria, sistemas de informação, recursos humanos e formação.

Do montante de mEuros 9.820 mEuros registado em proveitos operacionais, em 2010, o montante de mEuros 7.381 respeita a serviços de gestão e o montante de mEuros 2.438 a redêbitos de pagamentos efectuados, por conta de outras empresas do grupo.

O montante de mEuros 88.140 refere-se a juros de empréstimos concedidos a outras empresas do grupo, vencidos durante o exercício de 2010.

29 • REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remunerações dos órgãos sociais da Galp Energia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compõem-se como segue:

	dezembro de 2011						dezembro de 2010					
	Remuneração base	Prémios	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Total	Remuneração base	Prémios	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Total
Órgãos sociais da Galp Energia SGPS												
Administradores executivos	3.162	-	792	216	409	4.579	3.171	355	917	156	58	4.657
Administradores não executivos	1.226	-	194	46	98	1.564	1.284	68	69	45	-	1.466
Conselho Fiscal	97	-	-	-	-	97	93	-	-	-	-	93
Assembleia Geral	7	-	-	-	-	7	4	-	-	-	-	4
	4.492	-	986	262	507	6.247	4.552	423	986	201	58	6.220

Dos montantes totais de mEuros 6.247 e mEuros 6.220, registados nos exercícios de 2011 e 2010 respectivamente, mEuros 4.188 e mEuros 4.018 foram contabilizados em custos com o pessoal (Nota 6) e mEuros 2.060 e mEuros 2.202 foram contabilizados em fornecimentos e serviços de externos.

Na rubrica outros encargos e regularizações de 2011 estão incluídos o montante de mEuros 449 de prémios recebidos pelos administradores relativos ao exercício de 2010.

Ao abrigo da política atualmente adoptada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este exercício.

A informação relativa aos honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas encontra-se divulgada no relatório de governo do Grupo.

30 • DIVIDENDOS

Os dividendos relativos ao resultado líquido do exercício de 2010 atribuídos aos accionistas da Empresa, ascenderam a mEuros 165.850, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2011, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 49.755 durante o exercício de 2010 e liquidados no exercício de 2011 o remanescente, no montante de mEuros 116.095.

31 • RESERVAS PETROLÍFERAS

Não aplicável.

32 • GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Gestão do Risco

A Galp Energia encontra-se exposta a vários tipos de risco, de mercado (risco de taxa de juro), de liquidez e de crédito, inerentes à sua atividade, que influenciam os seus resultados financeiros.

Riscos de Mercado

Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com a dívida bancária remunerada. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco de taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como "swaps".

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou "cash-flows" do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos.

O grupo Galp Energia financia-se através dos "cash-flows" gerados pela sua atividade e, adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (plafond), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os plafonds de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados são suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp Energia e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respectiva notação de rating de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

33 • ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Ativos contingentes

(i) Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP, SGPS, S. A., representada por 440.000 ações com valor nominal por ação de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S. A. (atualmente designada Galp Energia, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S. A. (atualmente designada Galp Gás Natural, S. A.) à EDP, S. A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S. A. a 093X ou qualquer entidade direta ou indiretamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 ações de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 ações	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S. A., Transgás, SGPS, S. A. (atualmente designada GDP Distribuição, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S. A. e EDP, S. A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das ações da Optimus até 31 de dezembro de 2003.

Em 22 de março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP, SGPS, S. A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S. A. à Thorn Finance, S. A.. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um "upside" para estas empresas, a pagar pela EDP, S. A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S. A. (fundida na Galp Energia, SGPS, S. A. com efeitos a 1 de Janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S. A. (atualmente designada GDP, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efetuado o registo contabilístico desta conta a receber.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2011 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 51.460, sendo constituídos essencialmente por:

- Garantias no montante de mEuros 50.397 prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos;
- Garantia prestada no montante de mEuros 520 a favor da EDP – Distribuição de Energia, S. A., para garantir que a empresa possa fornecer electricidade no mercado eléctrico português;
- Em 31 de dezembro de 2011, existiam créditos de importação por utilizar de Standby letter no montante de mUSD 12.900 referente a prémios de seguros.

A Empresa tem empréstimos bancários contratados que em alguns casos apresentam “covenants” que podem, caso sejam acionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados. A 31 de dezembro de 2011, a dívida de médio e longo prazo da Empresa ascendia a €1,5 mil milhões. Do total desta dívida, os contratos que comportam “covenants” ascendem a €1,3 mil milhões. Os “covenants” existentes consubstanciam-se essencialmente no cumprimento de rácios que pretendem acompanhar a situação financeira da Companhia, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio de Total Net Debt to Consolidated EBITDA é o mais utilizado e o seu valor em termos de Grupo Galp Energia ficou abaixo do valor fixado em todos os contratos, com exceção de um empréstimo do BEI, no montante de €296 milhões, em que o valor fixado é inferior, podendo o BEI vir a solicitar garantias adicionais.

34 • INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

35 • EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu qualquer evento subsequente após 31 de dezembro de 2011 com impacto materialmente relevante.

36 • APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo
Manuel Ferreira De Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Fernando Manuel dos Santos Gomes
José António Marques Gonçalves
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Carlos Nuno Gomes da Silva
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Luca Bertelli
Claudio De Marco
Paolo Grossi
Fabrizio Dassogno
Giuseppe Ricci
Luigi Spelli
Joaquim José Borges Gouveia
Maria Rita Galli

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Galp Energia, SGPS, S. A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 4.805.718 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.773.145 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 77.152 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, SGPS, S. A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da Galp Energia, SGPS, S. A. (“Empresa”) do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total do activo de 4.805.718 milhares de Euros e um total do capital próprio de 1.773.145 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 77.152 milhares de Euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras individuais. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards (“IAS/IFRS”)), tal como adoptadas pela União Europeia.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, SGPS, S. A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards (“IAS/IFRS”)), tal como adoptadas pela União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Março de 2012

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por Pedro Matos Silva

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida em 2011 e dar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S. A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e das suas subsidiárias mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a Administração. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa actividade não nos deparámos com quaisquer constrangimentos.

Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo, acompanhando os trabalhos de revisão legal e de auditoria desenvolvidos, fiscalizando a sua independência e competência. Apreciámos a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com as quais concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correcta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e do Grupo;
- c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;
- d) o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, somos do parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2011.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S. A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de Março de 2012

Presidente - Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal - Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Vogal - Manuel Nunes Agria

EDIÇÃO



FOTOGRAFIA DE CAPA

Manuel Aguiar

DESIGN E CONCEÇÃO

STRAT

ESTE RELATÓRIO FOI ESCRITO ATENDENDO
ÀS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS.



Galp Energia, SGPS, S. A.
Sociedade Aberta
Direção de Relações com Investidores
e Comunicação Externa

Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600-209 Lisboa
Tel.: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965
e-mail: investor.relations@galpenergia.com
www.galpenergia.com
